

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CENTRO DE ESTUDOS DE CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS DE CRIMINALIDADE E
SEGURANÇA PÚBLICA**

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA SOUSA

**O PAPEL DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ANCHIETA
NO AUMENTO DA COESÃO SOCIAL E NA REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE
LOCAL**

**Belo Horizonte
2016**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CENTRO DE ESTUDOS DE CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS DE CRIMINALIDADE E
SEGURANÇA PÚBLICA**

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA SOUSA

**O PAPEL DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ANCHIETA
NO AUMENTO DA COESÃO SOCIAL E NA REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE
LOCAL**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção de título de Especialista em Segurança Pública do Centro de Estudos em Criminologia e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador: Prof. Dr. Braulio Figueiredo Alves da Silva

**Belo Horizonte
2016**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

ANO	SEMESTRE
2016	2º

Aos 02 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis reuniu-se a banca examinadora composta pelo professor Bráulio Figueiredo Alves da Silva (orientador), e pelo professor Frederico Couto Marinho para examinar a Monografia do Curso de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública intitulada *O Papel da Associação dos Moradores do Bairro Anchieta no Aumento da Coesão Social e na Redução da Criminalidade Local* do aluno Pedro Ribeiro de Oliveira Sousa, Matrícula nº 2015739470.

Procedeu-se à arguição, fínda a qual os membros da banca reuniram-se para deliberar, decidindo pela aprovação da Monografia com a nota90..... conceitoA..... Para constar foi lavrada a presente ata, que vai datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 02 de dezembro de 2016.

Bráulio Figueiredo Alves da Silva
Orientador
UFMG

Frederico Couto Marinho
Examinador
UFMG

Para minha esposa, pais e amigos
que sempre me incentivaram.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
1.1 As bases teóricas que fundam essa análise e o problema de pesquisa proposto	6
1.2 Eficácia coletiva	12
1.3 A força dos laços fracos	14
2. DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRO ANCHIETA OU COMO O ENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO É CAPAZ DE CRIAR CONTROLE SOCIAL INFORMAL E COESÃO	18
3. CONCLUSÕES	25
3.1 Uma retomada teórica a partir do problema de pesquisa	25
3.2 O caso concreto e a análise da hipótese.....	26
3.3 Limitações, méritos e propostas para futuras pesquisas.....	30
4. REFERÊNCIAS	32

1. INTRODUÇÃO

1.1 As bases teóricas que fundam essa análise e o problema de pesquisa proposto

A presente pesquisa se funda na abordagem ecológica do crime, sob os prismas das Teorias da Desorganização Social e da Eficácia Coletiva, materializada na atuação da Associação dos Moradores do Bairro Anchieta – Amoran. Com especial atenção à esfera paroquial, lócus institucional ocupado por aquela, pretende-se responder ao seguinte questionamento: em que medida o papel da associação de bairro pode contribuir para o aumento da coesão social (que motiva maior eficácia coletiva) e para a redução do crime na região?

Nesta esteira, a hipótese a ser testada é a de que uma associação eficiente e atuante gera aumento de coesão e de controle sociais, o que redundará em uma comunidade mais segura, proposição esta que se mostra plausível diante dos esboços preliminares.

Embora os estudos ecológicos remontem ao século XIX, é verificável que, nas primeiras décadas no século XX, especialmente com a Escola de Chicago/EUA, o estudo da relação entre o espaço urbano e a criminalidade se tornou um foco de pesquisa. Interessante perceber que o desenvolvimento de tal abordagem se distanciava das orientações positivistas anteriores, as quais se debruçavam sobre as diferenças individuais entre criminosos e não criminosos para explicar o fenômeno do crime. No viés da citada evolução, não era mais a sociedade, os grupos e/ou os indivíduos os atores principais, mas sim a interação entre o território e a comunidade local que seria capaz de explicar a ocorrência de atos delituosos.

Importante notar que o modelo causal da abordagem ecológica tinha como pano de fundo o processo de urbanização ocorrido nos Estados Unidos da América na transição dos séculos XIX e XX. Clifford Shaw e Henry McKay, na década de 1940, analisando uma grande pesquisa realizada na cidade de Chicago, em síntese, identificaram a existência de três padrões em áreas urbanas marcadas por grandes taxas de violência: a) bairros em que residia população de baixo nível socioeconômico, com grande deterioração do espaço e deficiente infraestrutura; b) áreas com heterogeneidade étnica e; c) alto nível de rotatividade residencial. A Teoria da Desorganização Social se desenvolveu, pois, grosso modo, a partir do exame da influência mútua deste conjunto de variáveis explicativas que, dependendo da conformação local, redundava em maior ou menor incidência de crimes e delinquência.

A interação dos aludidos padrões (especialmente a heterogeneidade e a rotatividade residencial, por dificultar o estabelecimento de laços sociais entre os indivíduos), pelo que se

extrai de tal corrente teórica, cria um ambiente de desorganização social que limita a capacidade comunitária de integração e de coesão, o que acaba por enfraquecer os mecanismos tradicionais de controle social. Logo, partindo do conceito de desorganização social adotado por Shaw e Mckay, descortina-se a ideia de incapacidade das comunidades em compartilhar valores comuns e solucionar problemas locais (KORNHAUSER, 1978, apud SILVA, 2012, p. 47).

Feita a digressão anterior, passa-se a um dos pontos centrais da presente pesquisa: o modelo sistêmico de controle de BURSIK e GRASMICK (1993). Inicialmente, da obra “Neighborhoods and Crime: The dimension of effective community control”, destaca-se uma simplificação do complexo conceito de “vizinhança” (“neighborhood”):

First, and most basically, a neighborhood is a small physical area embedded within a larger area in which people inhabit dwellings. Thus, it is a geographic and social subset of a larger unit. Second, there is a collective life that emerges from the social networks that have arisen among the residents and the sets of institutional arrangements that overlap these networks. That is, the neighborhood is inhabited by people who perceive themselves to have a common interest in that area and to whom a common life is available. Finally, the neighborhood has some tradition of identity and continuity over time. (BURSIK; GRASMICK, 1993, p. 6)

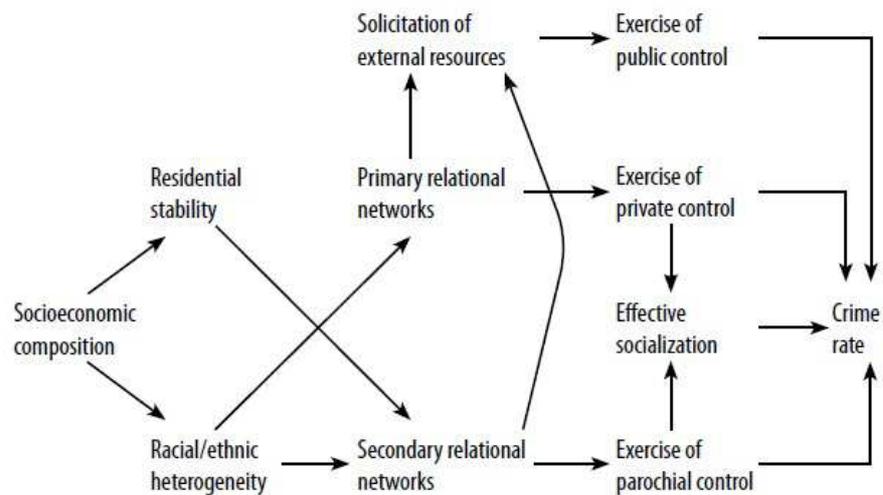
Ademais, ainda que com ressalvas dos próprios autores, é muito válido anotar como eles definem controle social:

In this book we assume that the residents of neighborhoods share a common goal of living in an area relatively free from the threat of crime (see Bursik 1988). Therefore, social control represents the effort of the community to regulate itself and the behavior of residents and visitors to the neighborhood to achieve this specific goal. While this is a normative assumption, we feel that it is one supported by a great deal of evidence, as will be discussed in the “Crime” section of this chapter. (BURSIK; GRASMICK, 1993, p. 15)

Pelo observado, na visão desses estudiosos, a vizinhança é o espaço físico delimitado e com características culturais próprias, inserido em uma área territorial mais abrangente, em que indivíduos moram e compartilham uma vida associativa. Já controle social é o esforço da comunidade em regular a si própria e os demais residentes e visitantes para atingir o principal objetivo, que é o de viver em um lugar relativamente livre de criminalidade. Partindo desses conceitos e considerando o processo de reformulação da Teoria da Desorganização Social, especialmente a partir dos anos 1970, a pesquisa sociológica foi levada adiante na intenção de buscar, nas características dos bairros, as explicações para a criminalidade (SILVA, 2012):

A comunidade local, ou vizinhança, passa a ser compreendida como um complexo sistema relacional entre amigos e familiares e de vínculos associativos formais e informais, com base na família e no processo de socialização vigente no bairro. Esses elementos são responsáveis pela capacidade do bairro de exercer autorregulação, ou seja, pelo grau de supervisão coletiva fundamental na manutenção do controle da ordem local. O grau de organização de uma comunidade passa a ser considerado, portanto, como resultado dos mecanismos de superação a obstáculos estruturais que impedem o efetivo controle social fundamentado nas redes formais e informais. (SILVA, 2012, p. 48)

Assim, acrescentando complexidade ao modelo inicialmente desenvolvido por Shaw e McKay, BURSİK e GRASMICK (1993) propuseram o seguinte modelo causal:



Modelo sistêmico desenvolvido por Bursik e Grasmick (1993).

Figura 1

Nessa perspectiva, os autores reconhecem dois níveis diferentes de controle do crime: o primeiro nível, ora exercido por meio das redes relacionais primárias e secundárias entre os residentes, e o segundo nível que se refere ao papel das organizações locais, tais como igrejas, escolas e associações de bairro, no controle social e na obtenção de recursos externos para lidar com o problema da criminalidade. Citando alguns estudos realizados nos Estados Unidos da América, os autores destacam a importância da quantidade de tempo de residência de uma pessoa em determinada comunidade, tempo este que permitia reforço dos laços relacionais e maior participação nas organizações locais:

In our opinion, the systemic approach became a major alternative to the Wirth perspective with the publication of a study by John Kasarda and Janowitz in 1974. Contrary to Wirth, they argued that population size and density would not be associated with differences in participation and attachment to one's local community. Rather, the length of time that a person had resided in an area was the key consideration. Since it takes some period of time to develop extensive

friendship, kinship, and associational ties within a neighborhood, people would become increasingly embedded within the local networks of affiliation over time. In turn, these attachments would foster increased levels of identification with and positive sentiment directed toward the neighborhood. Finally, they proposed that these processes might also be shaped by social status of the resident and his or her stage in the life cycle.

Although they presented mixed findings concerning the role of social status and age, their results overwhelmingly supported the argument concerning the role of length of residence: it was positively related to the number of friends, relatives, and acquaintances who lived in the neighborhood, participation in local organizations, and sentiment toward community. (BURSIK; GRASMICK, 1993, p. 13)

Na linha de pensamento apresentada, na avaliação de SILVA (2012, p. 50), Bursik e Grasmick reforçam que os bairros marcados por baixo nível socioeconômico tinham elevadas taxas de violência devido à heterogeneidade étnica e à alta mobilidade residencial, o que tornava tais locais pouco atrativos para se viver. E, em um ambiente com tantas desvantagens, o papel de instituições sociais se apresentava enfraquecido em três níveis de ordem social:

- Nível privado de controle social: relações entre conhecidos, amigos e familiares representam estruturas informais de controle e são negativamente influenciadas pela instabilidade residencial e disparidade étnica e racial, o que dificulta o controle do comportamento delincente;

- Nível paroquial de controle social: diz respeito às relações interpessoais entre vizinhos e destes com as instituições locais, tais como igrejas, escolas, lojas e associações de bairro, entidades essas que têm maior ou menor capacidade de supervisionar o comportamento de seus residentes e de intercederem em eventos que dizem respeito à comunidade e ao espaço;

- Nível público de controle social: é traduzido pela potencialidade de uma comunidade em obter benefícios e serviços públicos das agências externas e dos órgãos públicos.

Do padrão apresentado (vide Figura 1), infere-se a ideia, portanto, de como os níveis de controle social são interdependentes. SILVA (2012, p. 52) ressalta que “nesse modelo sistêmico, é importante observar o papel do componente institucional como um estoque de recurso de organizações presentes na vizinhança e de sua capacidade de interlocução com outras organizações, dentro e fora da comunidade”. E completa:

Em termos sistêmicos, a capacidade de uma comunidade local em desenvolver conexões com agências externas promovendo maior exercício do controle público dependia, num primeiro momento, da densidade das redes comunitárias construídas ao longo do tempo. Num momento posterior, essas redes conduziam a um maior nível de identificação local e sentimento de pertencimento entre os residentes, a tal ponto que esse processo se traduzia em uma maior capacidade do bairro de controlar os níveis de crime dentro dos seus limites. (SILVA, 2012, p. 52)

Neste particular, merece menção o conteúdo do artigo “Private, parochial and public social orders: The problem of crime and incivility in urban communities” (HUNTER, 1985), que teve como propósito analisar a natureza do controle social em comunidades urbanas a partir de uma remodelagem das polaridades de comunidade e de sociedade. Na obra, Hunter buscou examinar os tipos de ordem social com suas correspondentes formas de controle social, bem como a interdependência entre elas e os seus limites.

Para o autor, o controle social de forma genérica “is concerned with the capacity for “self-regulation” by social groups (Janowitz, 1978), and its institutional analysis stresses both normative and structural components” (HUNTER, 1985, p. 231). O aspecto normativo abarca os padrões e os valores de determinada comunidade para avaliação de comportamentos desviantes ou adequados. Quanto ao aspecto estrutural, vislumbra-se o molde de distribuição de recursos dentro de um grupo social que pode ser utilizado para sancionar os comportamentos de seus membros. Hunter adiciona, ainda, que o conceito específico de controle social se refere à coerção (ou força).

Necessário registrar que HUNTER (1985, p. 231) trabalha com três níveis diferentes de ordem social – o privado, o paroquial e o público – e isola três dimensões para avaliação da matéria: laço social básico, lócus institucional e características de seus domínios espaciais e físicos. Os mais relevantes para qualificar se uma associação de bairro, marcadamente de nível paroquial, pode ocupar o mesmo lócus do nível público e se os seus domínios espaciais e físicos podem se confundir também com os do nível público, são a segunda e a terceira dimensões, como será visto a seguir.

Quanto ao lócus, uma associação, na visão do pesquisador, é baseada nas redes interpessoais locais e na interligação com outras instituições (estabelecimentos comerciais, igrejas, escolas, outras associações etc.) que servem diuturnamente para prover as necessidades de determinada comunidade. Os valores da ordem paroquial são de natureza dupla: a) prover ajuda e suporte mútuos; e b) atribuir diferentes reputações e poder na comunidade local (líder religioso, líder de associação, diretor de escola, por exemplo). Quanto a este prisma, o nível público é predominantemente marcado pelas agências formais e burocráticas do Estado, as quais possuem monopólio da coerção e da força. Nesse aspecto, o autor adverte que a sociedade não pode admitir que os níveis privado e paroquial usem de violência, mesmo para fins legítimos, o que acaba por afastar tais níveis nesse aspecto.

Da mesma maneira, no que tange aos domínios físicos e espaciais, pelo menos em tese, ao sair de sua habitação, o indivíduo entra quase imediatamente na área de atuação da

ordem paroquial, desde que esta, por certo, tenha força suficiente e seja capaz de operacionalizar mecanismos de controle social. Assim, por poder ocupar o espaço além dos muros das casas, o nível paroquial é comumente definido como uma variante do nível público, em contraposição ao nível privado. HUNTER (1985, p. 235), escreve, porém, que “this parochial order is qualitatively distinct from the public order. (...) The parochial social order leaves unresolved the problems of public order in a civil society”. E, nessa esteira de inexatidão, por entender que os espaços públicos são de domínio geral e que permitem a conexão entre os mundos privado e paroquial, registra que o domínio físico e espacial do nível público, assim como os dos níveis privado e paroquial, são difíceis de serem delineados sem um fazer referência aos outros. Esta situação dificulta, portanto, a rotulagem do espaço como específico da ordem paroquial, a qual se insere a associação de bairro.

Após minucioso esforço metodológico de delimitar os atributos e os limites de cada ordem social nas dimensões citadas, o autor traz válidas reflexões que merecem ser anotadas. Em princípio, HUNTER (1985) expõe que o aumento do medo do crime suplanta qualquer medida objetiva de aumento de taxa de crime. Registra, pois, o seguinte:

Furthermore, the fear of specific victimization is far different from the most likely victimization. Most assaults, murders and rapes occur in the home to victims who know their assailant; and yet, most fear is expressed in settings and situations where the crime is committed by a stranger in public places. Biderman (1967) has summarized these findings most succinctly, “fear of crime is the fear of strangers”. (HUNTER, 1985, p. 236)

Sendo assim, a conclusão lógica seria a de que a atenção deveria ser focada na ordem pública e na instituição ligada à promoção da ordem social em áreas públicas: a polícia. Como muitos já tinham estudado, a função primária da polícia era a de manter uma aparência de ordem pública, e não a de prender criminosos, especialmente em função da inundação de serviços não criminais atribuídos a tal instituição e da incapacidade de atender a todas as demandas. Para entendimento desta dinâmica, tome-se como exemplo a violência familiar ou um conflito de gangues que “espirra” nas ruas: a polícia é geralmente chamada para restaurar a ordem nesses casos. Não obstante, este processo traz uma expansão estatal que acaba gerando uma assimetria: se por um lado a polícia (e o sistema de justiça criminal), notadamente pelo monopólio da força, é considerada a fonte final de controle social, por outro ela se torna cada vez mais limitada para satisfazer as demandas pelos seus serviços. Como consequência, as ordens paroquial e privada são comumente nutridas de recursos estatais em tentativa de contra atacar o senso geral de desordem nas áreas de urbanas da vizinhança.

Neste aspecto, HUNTER (1985, p. 238) faz uma avaliação extremamente lúcida: pode parecer que o colapso da ordem privada, como frequentemente mencionado, gera desordem urbana, mas é muito mais plausível que uma quebra entre a ordem paroquial e a ordem privada seja, por exemplo, a causa da falta de controle sobre os adolescentes, os quais estão em faixa etária altamente criminógena. O autor vai além:

Rising social disorder in urban communities would therefore appear to be more the result of a disarticulation with the parochial order than a failure of the state to provide social control in the public order. Yet, because of state expansion there is a greater expectation on the part of citizens for state actions for social control, a social control the state is inadequately equipped to provide because of its own formal restraints. (HUNTER, 1985, p. 238-239)

E completa, indicando uma possível solução:

The solution to the dilemma is not for the state to engage in direct social control, that is, to attempt to increase its efficiency in catching criminals; but rather, for the state to increasingly support stronger parochial orders that will engage in social control activities in conjunction with the state and the private order. The solution that is, in fact, emerging in many urban areas throughout the nation. (HUNTER, 1985, p. 239)

Tal colocação vai ao encontro do tema deste trabalho, especialmente no que tange à importância do papel de uma associação de bairro como parceiro para o aumento da coesão social e para o enfrentamento da criminalidade.

Ocorre que, antes de se atingir uma possível saída para tal desafio, especialmente uma amplificação da coesão social que tenha efeitos no número de delitos, é preciso debater um dos temas mais recorrentes na moderna abordagem ecológica do crime: a eficácia coletiva.

1.2 Eficácia Coletiva

Como registrado, na perspectiva do aumento da coesão social, é inafastável trazer os ensinamentos de Sampson, Raudenbush e Earls (1997) sobre eficácia coletiva apostos no artigo “Neighborhoods and Violent Crime: A Multilevel Study of Collective Efficacy”. Para estes estudiosos, eficácia coletiva é definida “as social cohesion among neighbors combined with their willingness to intervene on behalf of the common good” (SAMPSON; RAUDENBUSH; EARLS, 1997, p. 918). Ocorre que as dúvidas que se impuseram aos autores, a partir da noção difundida de que violência era sempre ligada a baixos níveis socioeconômicos e à instabilidade residencial em certas vizinhanças, eram as seguintes: em

que medida a concentração de pobreza poderia afetar as taxas de violência? E quais processos sociais poderiam explicar ou mediar essa relação?

A premissa básica levantada foi a de que as características organizacionais dos bairros poderiam explicar as variações das taxas de crime, as quais não são somente atribuíveis às características demográficas agregadas dos indivíduos. Propuseram, então, “(...) that differential ability of neighborhoods to realize the common values of residents and maintain effective social controls is a major source of neighborhood variations in violence” (SAMPSON; RAUDENBUSH; EARLS, 1997, p. 918).

Mas como explicar essa diferença entre as capacidades das vizinhanças de realizarem valores comuns e manterem o controle social? Em primeiro lugar, os autores compreendem que controle social (SAMPSON; RAUDENBUSH; EARLS, 1997, p. 918) “refers generally to the capacity of a group to regulate its members according to desired principles – to realize collective, as opposed to forced, goals”. E sobre o “central goal”, completam que “is the desire of community residents to live in safe and orderly environments that are free of predatory crime, especially interpersonal violence” .

Fundados nas colocações acima, Sampson e os demais entendem que, em contraste à indução formal ou externa de comportamentos (repressão policial, por exemplo), o foco deve ser a eficácia dos mecanismos informais de controle pelos quais os próprios residentes alcançam ou preservam a ordem pública. Por isso, eles deixam claro que “the capacity of residents to control group-level processes and visible signs of social disorder is thus a key mechanism influencing opportunities for interpersonal crime in a neighborhood” (SAMPSON; RAUDENBUSH; EARLS, 1997, p. 918).

Observação relevante é a de que a eficácia coletiva não se mostra como uma situação perene, mas antes pelo contrário, pois ela é um processo ativado por determinada comunidade para atingir um efeito desejado e que se baseia em confiança mútua e solidariedade entre os residentes. Assim, em contraposição à conexão estrita entre a formação demográfica da população e a violência, escrevem os autores que “it follows that the collective efficacy of residents is a critical means by which urban neighborhoods inhibit the occurrence of personal violence, without regard to the demographic composition of the population” (SAMPSON; RAUDENBUSH; EARLS, 1997, p. 919). Mais determinante que a composição da população, portanto, é um alto nível de mobilidade residencial, o qual enfraquece o controle social sobre a vida coletiva.

Dessa maneira, Sampson e os demais criam a hipótese de que a continuidade da posse e da propriedade residenciais promovem esforços coletivos para a manutenção do controle social. Além disso, testam a hipótese de que a concentração de desvantagens reduz a eficácia coletiva no bairro. Eles advertem, todavia, que é possível que existam situações em que os laços entre os residentes sejam fortes em áreas de concentração de desvantagens, mas que a capacidade de executar ações conjuntas seja enfraquecida.

Na etapa de verificação, os autores concluem que os resultados indicam que a eficácia coletiva é, de fato, um importante constructo capaz de medir com fidedignidade o nível de engajamento de uma vizinhança, sendo que a concentração de desvantagens, a concentração de imigrantes e a instabilidade residencial são capazes de explicar 70% da variação da eficácia coletiva local (SAMPSON; RAUDENBUSH; EARLS, 1997, p. 923). Foi possível concluir, também, que a medição combinada de controle social informal, coesão e confiança eram predições robustas para taxas menores de violência nos bairros avaliados.

Ainda que haja barreiras ao estudo, como a realização da pesquisa em uma só cidade, a não análise dos laços políticos e a não observância direta de indicadores de controle informal e coesão social (tais informações foram inferidas de relatórios de informantes), a pesquisa é de extrema importância para subsidiar a verificação de como a mediação da associação de bairro é capaz de aumentar a eficácia coletiva (que abarca a coesão social, a confiança e o controle informal para realização do bem comum). Logo, a citada eficácia, reforçada pela associação, acabaria por resultar em menores taxas de crime pelo esforço dos residentes em trabalharem para o bem comum e por existir um maior controle do ambiente (monitoramento da iluminação pública, por exemplo), tudo com o intuito de criar um espaço livre de violência.

Pelo que foi exposto até o momento, a coesão social e o controle informal se apresentam como importantes motores da eficácia coletiva a ser acionada por uma coletividade local quando se apresenta algum desafio relacionado à criminalidade. Este argumento, porém, implica uma questão: qual a natureza do laço que une essa comunidade?

1.3 A força dos laços fracos

Granovetter, em 1973, elaborou um trabalho cujo objeto de pesquisa foi utilizado por diversos cientistas pelos anos seguintes: “The Strength of Weak Ties”. Neste artigo, o autor trabalha a ideia da importância dos laços fracos em uma comunidade.

Para ele, laços fortes, como aqueles inseridos entre membros de uma família ou de amigos próximos, dificultam a difusão de informações, de ideias e de influências para além desses grupos exclusivos (em inglês, “cliques”). Os laços fracos, por outro lado, podem atuar como pontes que, “intuitively speaking, this means that whatever is to be diffused can reach a larger number of people, and traverse greater social distance (i.e., path length), when passed through weak ties rather than strong” (GRANOVETTER, 1973, p. 1366).

Quanto à força dos laços interpessoais, escreve que “the strength of a tie is a (probably linear) combination of the amount of time, the emotional intensity, the intimacy (mutual confiding), and the reciprocal services which characterize the tie” (GRANOVETTER, 1973, p. 1361). Portanto, conclui que o laço pode ser forte, fraco ou nulo. Em breve exemplificação da interconexão dos laços, o autor propõe uma situação: dadas as pessoas A, B e C, em que A tem relação com C e com B, a chance de B e C passarem tempo juntos depende da quantidade de tempo que A gasta com B e com C. Dessa maneira, há uma boa chance de B e C passarem a se relacionar e assim sucessivamente.

Válido registrar, nesse aspecto, que o conceito de ‘ponte’ é chave para o autor: “bridge; this is a line in a network which provides the only path between two points” (GRANOVETTER, 1973, p. 1364). Logo, uma ponte entre A e B gera uma rota em que a informação ou influência flui de qualquer contato de A ou de B (C, por exemplo) e, conseqüentemente, por qualquer pessoa indiretamente conectada a A ou a B. Necessário pontuar que tal discussão é importante para a aplicação e para a transmissão de informações entre os residentes do bairro e a respectiva associação, que será melhor trabalhada a seguir.

Ora, fundado no exame da força dos laços e de suas influências na comunidade, GRANOVETTER (1973, p. 1373) questiona o seguinte: por que algumas comunidades se organizam em prol de objetivos comuns com mais facilidade e eficiência enquanto outras parecem incapazes de mobilizar recursos mesmo diante de terríveis ameaças? O próprio autor diz que diferenças culturais e de personalidade são comumente citadas para explicar tal anomalia. Não obstante, ele menciona que o problema da confiança e da figura de liderança (no caso, poderia ser aplicável ao diretor da associação de bairro) são vitais para a compreensão do tema:

The problem of trust is closely related. I would propose that whether a person trusts a given leader depends heavily on whether there exist intermediary personal contacts who can, from their own knowledge, assure him that the leader is trustworthy, and who can, if necessary, intercede with the leader or his lieutenants on his behalf. Trust in leaders is integrally related to the capacity to predict and affect their behavior. Leaders, for their part, have little motivation to be responsive

or even trustworthy toward those whom they have no direct or indirect connection. Thus, network fragmentation, by reducing drastically the number of paths from any leader to his potential followers, would inhibit trust in such leaders. This inhibition, furthermore, would not be entirely irrational. (GRANOVETTER, 1973, p. 1374)

Pelo que foi apresentado, o fenômeno da coesão social passa pela quantidade e qualidade dos laços (especialmente os fracos) da comunidade e pela confiança e ligação desta com o(s) líder(es) local(ais). E mais, a forma de criar os laços fracos, que são meios valiosos de conexão e de troca de informações entre as pessoas, é bem trabalhada em rotinas de socialização. O autor, avaliando os casos concretos de West End e Charlestown, em que os residentes do primeiro foram incapazes de lutar contra a renovação urbana em Boston e que os residentes do segundo obtiveram êxito, escreveu que, ainda que se tratasse de especulação, era sugerido que para uma comunidade possuir muitos laços fracos que atuariam como pontes era preciso alguns contextos em que as pessoas poderiam formá-los. Assim, escreveu o seguinte:

The case of Charlestown, a working-class community which successfully organized against the urban renewal plan of the same city (Boston) against which the West End was powerless, is instructive in this respect: unlike the West End, it had a rich organizational life, and most male residents worked within the area (Keyes, 1969, chap. 4). (GRANOVETTER, 1973, p. 1375)

Pode-se sacar dessa passagem que o papel da associação de bairro, ao promover por si só ou com apoio de igrejas, escolas etc., oficinas, festas típicas, reuniões periódicas ou outras atividades de controle do ambiente (como limpeza de pichações), parece permitir interação entre os vizinhos, os quais podem desenvolver laços fracos extremamente importantes para o atrelamento e a vinculação daqueles entre si e com o espaço. Esse processo, naturalmente, aumentaria a coesão social e a eficiência de mobilização dos residentes em busca de efeitos desejados.

Interessante notar que Granoveter, em 1983, revisitou sua teoria e elaborou o artigo “The Strength of Weak Ties: A Network Theory Revisited”. Ele perpassou por literaturas que buscaram aplicar a tese dos laços fracos em situações de interação escolar entre negros e brancos, empresariais e em relação a funcionários de um hospital infantil em Nova Iorque, por exemplo. O autor reconhece que os estudos avaliados são esforços teóricos que propõem que laços fracos podem ter importantes funções, mas que não trouxeram um corpo substancial de dados empíricos para suportar tais afirmações. Estas circunstâncias, pois, demandariam futuras investigações da origem e do desenvolvimento dos laços que funcionariam como pontes e aqueles que não cumpririam tal papel.

Ocorre que, apesar das limitações apresentadas, o pesquisador foi capaz de observar que

In this account of empirical research bearing on the argument of SWT, I have shown that the argument has in fact been useful in clarifying a variety of phenomena ranging from effects of social relations on individuals, to the diffusion of ideas and innovations, to the organization of large-scale social systems. (GRANOVETTER, 1983, p. 228)

Embora o estudioso não tenha concluído com exatidão o papel dos laços fracos e os mecanismos de interação das citadas pontes, ele foi capaz de, com base no modelo teórico proposto no SWT (primeiro artigo escrito) e na revisão, obter úteis informações capazes de clarificar de maneira ampla os efeitos das relações sociais nos indivíduos, a dispersão de informações e a organização em larga escala de um sistema social.

Sendo assim, o primeiro trabalho e a revisão são extremamente relevantes para compreensão e para a promoção de uma maior interação local com foco em laços fracos (promoção esta que pode ser mediada por uma associação de bairro), os quais parecem impactar positivamente na difusão de ideias e de inovações, com o intuito de perseguir o bem comum que afete a redução da criminalidade.

Em tal perspectiva, como maneira de unir a delimitação teórica do presente estudo à vivência prática, decidiu-se partir para a verificação, ainda que com escopo limitado, do caso concreto da Associação de Moradores do Bairro Anchieta, esforço destinado ao próximo capítulo.

2. DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO ANCHIETA OU COMO O ENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO É CAPAZ DE CRIAR CONTROLE SOCIAL INFORMAL E COESÃO

Como registrado previamente, a Associação de Moradores do Bairro Anchieta – Amoran – foi escolhida como parte fundamental do objeto desta pesquisa. A sede fica na Rua Itapema, nº 162, Bairro Anchieta, Belo Horizonte/MG, e o prédio usado é de propriedade da União, a qual empresta gratuitamente à associação em regime de comodato. O Bairro Anchieta se localiza na porção centro-sul da cidade de Belo Horizonte/MG e tem população aproximada de 12.740, segundo o Censo de 2010¹:

■ UF: Minas Gerais
■ Município: Belo Horizonte
■ Bairro: Anchieta
■ Distrito ou subdistrito: BELO HORIZONTE
■ Setor: 310620005620146

	UF	Município	Distrito	Bairro	Setor	Pirâmides etárias	Dados adicionais	
						População	Razão de sexo	Densidade demográfica (habitante/Km2)
UF	Minas Gerais					19597330	96.85	30.46
Município		Belo Horizonte				2375151	88.26	7167.02
Distrito			BELO HORIZONTE			1433290	86.12	9066.3*
Bairro				Anchieta		12740	79.13	20205.51*
Setor					310620005620146	422	86.73	18176.34*

* Densidade demográfica preliminar

Descrição do setor
 CRUZAMENTO DA RUA BAMBUI COM RUA MONTES CLAROS
 DO PONTO INICIAL SEGUE PELA RUA MONTES CLAROS ATÉ AV. DOS BANDEIRANTES, SEGUE POR ESTA (EXCLUSIVE)
 ATÉ RUA ODILON BRAGA, SEGUE POR ESTA ATÉ RUA BAMBUI, POR ESTA ATÉ O PONTO INICIAL

Figura 2

A eleição da Amoran não foi aleatória. Tal entidade funciona há quase trinta anos e seus limites de atuação já se expandiram para além do bairro de origem. Embora o foco seja o Anchieta, algumas demandas se ampliam para os bairros vizinhos, quais sejam, Carmo, Comiteco, Cruzeiro, Mangabeiras e Sion. Relevante notar que os limites entre estes, na visão dos gestores da Amoran, são meras formalidades úteis à administração pública municipal, mas que não representam barreiras contra os problemas reais de criminalidade e de bem-estar social. Nessa linha, é possível que as ações exitosas empreendidas em um lugar sejam úteis às demais e possam servir de modelo, além de serem capazes de beneficiar a região centro-sul da cidade como um todo, embora um futuro diagnóstico de registros seja necessário para corroborar essa tese.

¹ Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>. Acesso em 11/10/2016.

Fundamentado nessa ideia, no dia 10/10/2016, de 10h as 11h30min, foi entrevistado² o Presidente da Amoran, Paulo Omar (mandatos 2012-2015 e 2015-2018 – Gestão com foco nos pilares de segurança, terceira idade, sustentabilidade e acessibilidade), que participa da entidade desde a fundação. O presidente, que mora no Anchieta há mais de 40 anos, local em que criou sua família e no qual possui lojas diversas, foi convidado a prestar informações sobre quatro temas principais: 1) Breve histórico da Associação e quais as áreas de atuação; 2) Ações empreendidas para aumentar a participação da comunidade; 3) Ações mediadas pela Associação para intervenções físicas e não físicas no bairro; 4) Percepção quanto à importância do trabalho desenvolvido pela Associação no aumento ou na diminuição da criminalidade na região.

Os temas serviram como diretrizes, mas Paulo Omar teve a liberdade para tratar de assuntos correlatos, porém mais abrangentes, do que os previamente definidos. Ressalte-se, todavia, que somente o que interessa à conclusão deste trabalho teve o devido registro, como se observará a seguir.

1) Breve histórico da Associação e quais as áreas de atuação

A Associação foi fundada em 1988 por um grupo de moradores desejosos de formar uma entidade que representasse os interesses da população do Anchieta. Naquele ano, vários moradores se juntaram e compraram um veículo para que a Polícia Militar (22º Batalhão, 127ª Cia) pudesse realizar rondas no bairro (ressaltando que, na época, não existia a filosofia de polícia comunitária). Paulo Omar, que era dono de mecânica, dispôs-se a realizar a manutenção da viatura sem qualquer custo, de forma a permitir que os policiais pudessem atuar com certa prioridade na região. A sede da Associação ficava na Rua Montes Claros, próxima ao prédio atual, mas só comportava a diretoria da entidade. A Polícia Militar ainda não possuía espaço físico próprio para se instalar, como hoje acontece e que é mantido pela Amoran.

Atualmente, como observado por Paulo, não mais se admite que uma doação feita pelos moradores, como outrora, permaneça afetada ao uso exclusivo na região. Sendo assim, foi relatado um caso de um empresário que, recentemente, propôs-se a doar uma viatura para uso no bairro. Não obstante, como ele foi informado que o veículo seria usado em toda a região centro-sul, haja vista o regime jurídico público da PM, desistiu da concessão.

² Conversa gravada na íntegra.

Paulo explicou que a Associação começou pautada na questão da segurança pública, mas que o escopo foi se ampliando gradativamente e hoje atinge, por exemplo, os seguintes setores: iluminação pública, poda de árvores, varrição pública, operação tapa-buracos no asfalto, zoonoses, doenças como dengue e dedetização em casas que apresentam focos, recapeamento de ruas, regras de circulação do trânsito, mobilidade urbana para idosos e deficientes, perturbação do sossego (som alto, funcionamento de bares, mediação de conflitos interpessoais), dentre outros.

O presidente explicou que todas as ações mencionadas demandam constantes envios de ofícios (devidamente arquivados na instituição) e interlocução com forças políticas do legislativo e do executivo, incluindo vereadores, deputados estaduais, o subsecretário responsável pela zona centro-sul, servidores da prefeitura e assessores diversos. Alguns nomes foram citados, entre eles candidatos eleitos e não eleitos em 2016, mas não é de interesse deste trabalho adentrar no espaço das figuras políticas atuantes.

Houve, ainda, severa ressalva quando à falta de atenção aos pedidos feitos pela entidade e o relativo descaso de algumas autoridades que, embora compareçam à sede da Amoran, sequer tomam ciência de todas as demandas já protocoladas nos diversos órgãos/setores responsáveis antes dos encontros.

2) Ações empreendidas para aumentar a participação da comunidade

Quando posta esta questão, a primeira observação foi a baixa participação da comunidade e a dificuldade em reunir os moradores e os comerciantes para tratar dos variados problemas que afetam o bairro. O presidente disse que a região centro-sul possui uma dificuldade histórica nesse quesito e que, especialmente no Bairro Anchieta, o obstáculo parece ser ainda maior. Segundo ele, “cada um está olhando para o seu quadrado”, ou seja, quer solução para as suas demandas e pouco se importa com as questões do vizinho, sem avaliar, todavia, que todos são afetados pelos problemas da região, especialmente a criminalidade patrimonial.

Um grande problema narrado foi a confusão que muitos moradores fazem em relação à existência de posto policial na Amoran: para muitos, a polícia é da Amoran. Sendo assim, quando esta é ineficiente ou demora a realizar intervenções, diversos moradores imputam à entidade a responsabilidade pelo defeito na prestação do serviço e, inclusive, deixam de pagar contribuições mensais pelo desgosto com a situação. Paulo ressaltou, com propriedade, que a

polícia é estatal e apenas utiliza o espaço mantido pela associação para realizar suas atividades (a Amoram paga o papel para impressão de boletins de ocorrência, a compra e a manutenção de computadores e impressoras, limpeza, iluminação, reformas, café e açúcar etc.).

No que tange às atividades promotoras da aproximação entre as pessoas, o presidente explicou que faz parceria constante com a Igreja Católica (especialmente a Paróquia São Mateus, situada na Rua Joaquim Linhares, 47, Anchieta) para o oferecimento de atividades voltadas para a terceira idade (aulas de alongamento no salão paroquial, por exemplo, que contam com mais de oitenta frequentadores) e da tradicional festa junina. Ademais, a Amoran busca a confraternização por meio de evento chamado “Rua do Lazer”, o qual não foi realizado nos dois últimos anos por falta de verba própria e de patrocínio.

Quanto aos contatos com outras associações de bairro, o presidente informou que as entidades do Sion e da Serra, que eram atuantes, praticamente acabaram, o que dificulta a aproximação entre os moradores dos bairros vizinhos e o compartilhamento de pendências e soluções para problemas semelhantes.

Foco fundamental levantado pelo representante da Amoran foi a dificuldade para a obtenção de verba para sustentar a estrutura da associação, pagar funcionários da limpeza e prestadores de serviço diversos, pagar taxa de incêndio anual, manter o posto policial e ainda realizar as atividades para permitir a integração da comunidade. Ele explicou que a arrecadação caiu cerca de 50% (cinquenta por cento) nos últimos dois anos e que a solução encontrada foi alugar parte das salas para que possam ser ministradas aulas de inglês, francês, grupo de vigilantes do peso e história da arte, ganhos que conseguiram contrabalancear as perdas.

Paulo reafirmou que a coesão (ou a falta dela) é um dos grandes aspectos a serem superados no Bairro Anchieta. Em sua opinião, muitos residentes ligam a entidade exclusivamente ao tema da segurança pública e, como consequência, se o nível de segurança não atende às expectativas, a associação acaba sendo mal vista e seu trabalho é tido como dispensável. Assim, como alhures referido, tal situação acaba impactando diretamente na arrecadação e na capacidade de atuação da Amoran.

Quanto às reuniões periódicas que ocorrem toda quarta-feira na sede associação, o presidente afirmou que o investimento em publicidade e carros de som para divulgar as pautas acabam não compensando, já que esses serviços são caros e o quórum é muito baixo. Segundo ele, mesmo com divulgação de carros de som, que podem custar R\$ 300,00 (trezentos reais), o

encontro leva menos de cinquenta pessoas em um bairro de quase quinze mil moradores (números informados por Paulo).

Observação foi feita também quanto à mudança de perfil do bairro, no sentido de que a verticalização (construção de prédios residenciais no lugar de casas) criou barreiras para que as pessoas se conheçam melhor e monitorem (controle informal) mais o comportamento umas das outras, algo que era diferente no início da associação. E mais, alertou para a falta de interesse dos jovens, os quais operam frequentemente em redes sociais, mas pouco se interessam em participar presencialmente das decisões da associação³. Logo, aqueles deixam de contribuir com a renovação e com o reforço dos pleitos que a todos beneficiariam. Ademais, nessa faixa etária, perpetua-se a equivocada vinculação da associação com a atuação da Polícia Militar, o que dificulta a disseminação da grande variedade de atividades que poderiam interessar a muitos residentes e usuários do bairro.

Por fim, Paulo explicou que a Amoran veiculava e distribuía bimestralmente no bairro o jornal “Comunidade Ativa”, em que a Associação prestava contas das ações realizadas, elencava as prioridades de melhoria, noticiava questões de interesse geral (mudança no horário de recolhimento do lixo, por exemplo) e trazia cultura geral (informações sobre como evitar pressão alta, por exemplo). Ocorre que, por falta de verbas (a tiragem de 1000 exemplares custa em torno de três mil reais), a manutenção do jornal foi repassada à iniciativa privada, que transmite as mesmas informações, mas que reservou alguns espaços para publicações publicitárias.

3) Ações mediadas pela Associação para intervenções físicas e não físicas no bairro

Paulo disse que um dos principais pontos é a manutenção do funcionamento do posto da PM, que é integrado ao prédio da associação, bem como o destaque deste naquele local por meio de iluminação moderna de *LED* e placa grande com o símbolo da instituição policial. Ele ressaltou que, no início da implantação, o posto funcionava durante 24h, mas que esse tempo se reduziu de 7h as 23h e, finalmente, de 7h as 17h, sob justificativa de falta de efetivo,

³ Um exemplo é a implantação de ciclovia na Av. Francisco Deslandes, intervenção que foi proposta pelo Shopping Anchieta como contrapartida pelo uso do solo na região, além da reforma dos abrigos de ônibus, reforma do Parque Julien Rien, melhora da iluminação pública, entre outros. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/shopping-no-bairro-anchieta-recebe-aval-para-amplia%C3%A7%C3%A3o-1.1300875>. Acesso em 11/10/2016.

sendo essa uma das grandes lutas atuais, já que o posto tem constantes ameaças de fechamento.

Além disso, especialmente no sentido das ações contra a criminalidade, foi citado o monitoramento da iluminação pública. O presidente lembrou que essa é uma das mais importantes funções da entidade, em face de seu caráter preventivo. No que tange à operacionalização, a associação busca, por meio da prefeitura (anteriormente era encargo da Cemig), a substituição de lâmpadas queimadas, a renovação do sistema por dispositivos que iluminem melhor, rebaixamento das lâmpadas abaixo das copas das árvores e/ou a poda das árvores que bloqueiam a passagem da luz.

Ademais, como contrapartida à implantação do Shopping Anchieta na Av. Francisco Deslandes, os responsáveis pelo empreendimento se comprometeram a realizar, em 18 meses, a reforma e a implantação de abrigos em pontos de ônibus, bem como a reforma e a integração do Parque Julien Rien e da Praça Marino Mendes Campos, ambos localizados no final da Av. Francisco Deslandes. A Amoran, no caso, tem o papel fiscalizatório relevante de acompanhar o andamento das obras e de verificar se haverá o preenchimento da totalidade dos compromissos feitos pelos dirigentes à Prefeitura e à Associação. Paulo também deixou claro que a revitalização de espaços públicos é vital para o enfrentamento de ações potencialmente criminosas. O Parque Julien Rien, em sua opinião, está praticamente abandonado e é ambiente perfeito para que indivíduos mal intencionados se escondam, situação que se pretende reverter com a efetivação da reforma planejada.

Já na perspectiva de intervenção não ambiental, foi destacada a criação de grupos em aplicativos como o Whatsapp e o Telegram. No viés desses grupos, que existem em parceria com a PM, o bairro foi dividido em setores específicos e os moradores dessas áreas são adicionados, após preenchimento de formulário próprio no sítio eletrônico da Amoran, para contribuírem na prevenção à criminalidade localizada. Dessa maneira, criou-se uma rede de vizinhos protegidos online a fim de que as condutas suspeitas possam ser reportadas à Polícia Militar que, por sua vez, deve, ou pelo menos deveria agir para impedir o cometimento de delitos.

Finalmente, Paulo Omar citou também algumas campanhas de conscientização, como, por exemplo, a recente “Operação Carro Vazio”, em que adesivos foram elaborados em parceria com a PM para serem colocados nos veículos e alertarem os proprietários a não deixarem nada de valor dentro dos automóveis. A campanha tem o objetivo de combater furtos de objetos que recorrentemente acontecem no bairro e que, por vezes, são facilitados

pelo descuido dos donos e dos usuários de veículos automotores que deixam à mostra mochilas, celulares, bolsas, entre outros, tornando-se alvos mais prováveis desse tipo de infração.

4) Percepção quanto à importância do trabalho desenvolvido pela Associação no aumento ou na diminuição da criminalidade na região

Na perspectiva exclusiva do presidente, a atuação da associação é fundamental para contribuir no combate à criminalidade, especialmente no que tange à correção da iluminação pública deficiente, à manutenção do posto policial e ao acompanhamento das intervenções a serem feitas pelo Shopping Anchieta.

Também foi citada a importância da rede de comunicação entre a entidade e os poderes executivo e legislativo e a questão de levantar o moral dos policiais que atuam na região quando da divulgação de resultados das atuações positivas. Assim, é comum que algum representante da PM divulgue nos grupos citados, por exemplo, a prisão e a arrecadação de diversos bens produtos de furto/roubo, ocasião em que o presidente faz questão de elogiar o serviço realizado e de incentivar para que os policiais mantenham a energia e o foco nos resultados.

Noutro giro, foi novamente reforçada a dificuldade da baixa participação e coesão da comunidade, as quais se impõem como fundamentais para a atuação mais eficiente da associação, tanto no sentido de participação para pressionar as autoridades a solucionarem os problemas locais, como no sentido das contribuições em dinheiro para consecução dos objetivos da Amoran.

Ao final, Paulo Omar apresentou certo pessimismo pelo fato de que nenhum dos vereadores que representavam o bairro foi eleito ou reeleito. Na visão do dirigente, é sempre importante ter algum parlamentar que cuide das questões locais, proponha projetos de leis que beneficiem a região ou intervenha para que as soluções possam ser atingidas com mais celeridade. Não obstante, o presidente deixou muito claro que o trabalho da associação permaneceria “ferrenho” e que a busca por melhorias contínuas, incluindo o combate à criminalidade, estariam sempre em pauta.

3. CONCLUSÕES

3.1 Uma retomada teórica a partir do problema de pesquisa

Esta pesquisa partiu da seguinte questão: em que medida o papel da Associação de Moradores do Bairro Anchieta (A Moran) pode contribuir para o aumento da coesão social, a qual motiva maior eficácia coletiva e, conseqüentemente, gerar redução do crime na região? Antes de tentar fornecer um possível caminho para a compreensão da questão, mesmo que outros subsídios precisem ser levantados para tanto, é necessário fazer uma breve retomada conceitual que facilitará o entendimento.

Em primeiro lugar, na perspectiva da Teoria da Desorganização Social, há uma importante correlação entre a criminalidade e o espaço físico. Como visto, a ideia de vizinhança (também aqui entendida como bairro ou comunidade) é extremamente necessária, já que indica não só um ambiente urbano ocupado por diversos indivíduos, mas também um espaço de tradições e de características culturais próprias que se prolongam no tempo, e em cujos domínios emerge uma vida coletiva de pessoas que compartilham interesses comuns e usam os serviços disponíveis.

Sendo assim, parece difícil conceber um ambiente em que pessoas não dividam o desejo de morarem e desenvolverem suas atividades sem medo de sofrerem qualquer tipo de violência (física, patrimonial, psicológica etc.). Logo, associado à ideia de vizinhança, está outro conceito imprescindível: o de controle social. Este, pois, demonstra o esforço da comunidade em regular a si própria e os visitantes para atingir o principal objetivo, que é, precisamente, o de viver em um lugar relativamente livre de criminalidade.

Além da maior ou da menor capacidade de exercer controle social, é certo que cada comunidade possui particularidades que as diferenciam, como por exemplo, a renda média, a pirâmide etária dos residentes, a localização no município, a oferta de serviços públicos e privados, a preservação das construções etc. Além dos citados, elementos basilares que certamente distanciam ou aproximam comunidades são o maior ou menor nível de coesão social (quantidade e qualidade dos laços entre os indivíduos e a confiança nos líderes locais) e a capacidade de acessar as agências externas responsáveis por prestarem serviços públicos (policiamento, infraestrutura de transportes, saneamento básico, dentre muitos outros) em benefício da coletividade.

Dessas ideias, advêm que o controle social pode ser entendido como um termômetro da coesão social, já que o primeiro é tanto maior quanto mais eficiente for o segundo. Em outras palavras, quanto maior a identificação local e o sentimento de pertencimento entre os residentes (coesão social), maior a capacidade do bairro de controlar os níveis de crime dentro de seus limites (controle social). Certamente que essa correlação não é absoluta, como alerta Sampson e outros estudiosos, porquanto se pode verificar na prática comunidades com alta coesão social e baixíssimo controle social. De qualquer maneira, aqueles elementos são normalmente preditivos de uma melhor ou pior organização local, isto é, são capazes de indicar com boa confiança o nível de monitoramento das condutas dos residentes, especialmente adolescentes, e de estranhos, assim como da qualidade e da integridade do espaço urbano.

Na mesma esteira de pensamento e associando os conceitos acima, SAMPSON, RAUDENBUSH e EARLS (1997) trazem a noção de eficácia coletiva. Eles entendem que, em contraposição à indução formal ou externa de comportamentos (tal como a repressão policial), o objetivo deve ser a eficácia dos mecanismos informais de controle pelos quais os próprios residentes alcançam ou preservam a ordem pública. Não pode ser esquecido que a eficácia coletiva (ao contrário do controle social, embora estejam intimamente ligados) não se mostra como uma situação permanente, mas sim um processo acionado quando determinada comunidade deseja atingir um efeito desejado e que se baseia em confiança mútua e solidariedade entre os residentes.

Tendo essas ideias em mente, fica mais fácil compreender como o nível paroquial de controle social (ocupado pela associação de bairro), que é responsável por prover ajuda e suporte mútuos e atribuir diferentes reputações e poder na comunidade local (líder comunitário, por exemplo), merece destaque. Não é sem motivo que HUNTER (1985) indicou que uma possível solução para o problema da criminalidade passa muito mais por um reforço do nível paroquial, o qual é capaz de exercer controle social em conjunto com os níveis público (Estado, genericamente) e privado (familiares e amigos), do que relegar unicamente ao poder público a necessidade de aumentar sua eficiência em prender criminosos (controle formal).

3.2 O caso concreto e a análise da hipótese

Partindo-se da noção de que a combinação entre níveis desejáveis de controle social (especialmente informal, no caso), coesão social e confiança, carrega consigo uma indicação robusta de menor taxa de violência local, buscou-se, pois, testar a hipótese de que uma associação eficiente e atuante gera aumento da coesão e do controle sociais, o que redundaria em uma comunidade mais segura.

A Amoran foi escolhida por representar o Anchieta, que se mostra como um bairro de classe média em termos de renda ⁴, com infraestrutura disponível e com relativa estabilidade residencial, e que se afigura, aparentemente, com nível de violência considerado baixo em comparação com outras comunidades próximas (especialmente tomando-se como parâmetro a ocorrência de crimes contra a vida⁵). Os registros predominantes no Anchieta acabam sendo, segundo Paulo Omar (presidente da associação), os de caráter patrimonial, merecendo destacar que a constatação desta afirmação impende de registros secundários para ser verificada.

Válido notar que a entrevista com o representante legal da Amoran demonstrou como é amplíssimo o papel de tal associação de bairro. Embora a entidade tenha sido criada com um viés de promoção da segurança local nos idos de 1988, o escopo de atuação vai muito além hodiernamente.

Em primeiro lugar, a externalização das ações da Amoran se dá nos ambientes físico e não físico. A manutenção do posto da Polícia Militar, a criação da rede de vizinhos protegidos em plataformas sociais virtuais, a conscientização da população para não criar oportunidades em que os criminosos possam atuar (Operação “Carro Vazio”), os cuidados com a iluminação pública e a fiscalização da revitalização de espaços públicos (ainda que nestes dois últimos casos seja preciso clarificar a frequência e as evidências fáticas desse trabalho) são alguns exemplos que precisam de realce. Merece registro, ainda, sem minúcias, que a teoria que se relaciona bem com essa perspectiva é a da Oportunidade Social, em que se desenha o triângulo do crime, já que a ideia do gestor da associação é reforçar a vigilância formal

⁴ Sobre o tema, verifica-se que no Censo 2010, na área de ponderação CS2B, em que está o Anchieta, 62,5% (sessenta e dois vírgula cinco por cento) da população residente com renda declarada possui rendimento acima de cinco salários mínimos. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=54009&chPlc=54009&viewbusca=s> / Distribuição da população residente, com renda declarada, por faixa de renda domiciliar per capita em número de salários mínimos1 (em %) - 2010 - Fonte: IBGE - Censo Demográfico (Tipo: Tabela .XLS - 46 KB). Acesso em 16/01/2016.

⁵ Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2551/2493> - Análise espacial da violência urbana em Belo Horizonte: uma proposição metodológica a partir de informações e indicadores georreferenciados. Acesso em 16/01/2016.

(policial) e informal (comunidade) e reduzir ao máximo os alvos disponíveis (especialmente patrimoniais), desmotivando os pretensos ofensores.

Em sequência, no que tange efetivamente às ações para aumento da participação da comunidade, que é um dos núcleos desta pesquisa, surpreendeu a fala de Paulo no sentido de que a integração dos indivíduos do bairro é muito aquém da esperada. À primeira vista, essa conclusão enfraquece a tese de que a intermediação da entidade gera coesão social e, conseqüentemente, aumento de controle social e diminuição da criminalidade. Ocorre que também é preciso avaliar o quadro de maneira ampla: se com tantas ações, dentre as quais a realização de eventos e a promoção de reuniões periódicas para a tomada de decisões, a participação se mostra baixa, é plausível que a ausência da associação poderia ser danosa para a região, muito embora não haja evidências para sustentar essa afirmação. E mais, como registrado, há vizinhanças com alta coesão social (laços sociais fortes), mas com baixa capacidade de articulação externa e interna, o que não parece ser, a priori, o caso do Anchieta, especialmente se confirmados o contexto de perenidade residencial e a capacidade de mobilização de recursos externos (especialmente advindos do poder público).

Lado outro, as reiteradas tentativas da PM em deixar de ter policiais no posto mantido pela Associação foram citadas por Paulo como de possível desconhecimento da comunidade. Ele ponderou que, caso a Amoran não arcasse com os custos operacionais e não estivesse em constante interlocução com o comando do 22º Batalhão, o posto provavelmente já teria sido fechado. O mesmo se vê na negociação e na fiscalização das contrapartidas que devem ser empreendidas pelo Shopping Anchieta no bairro, como a restauração do Parque Julien Rien, que hoje pode ser facilmente usado como esconderijo para possíveis infratores. Ademais, tal dirigente criticou os moradores/usuários que se interessam por problemas que os afetam diretamente (a lâmpada queimada do poste em frente a sua residência), mas deixam de avaliar o todo e concorrer para o bem comum (alguém que aciona a prefeitura para trocar a lâmpada queimada em local que não reside, por exemplo).

Ainda é de se mencionar a possível confusão entre as imagens da PM e da associação, o que parece indicar a ignorância de boa parte da vizinhança com relação a temas básicos do direito público, assim como a equivocada responsabilização da Amoran pelo insucesso na segurança, o que afeta diretamente a arrecadação da instituição e sua capacidade realizativa (tal situação, paradoxalmente, poderia ser traduzida como baixa representatividade da Amoran frente aos moradores do bairro). Observa-se, neste particular, que seguramente seria preciso ouvir a opinião de um número relevante de moradores para sustentar a alegada

ignorância e avaliar os registros de ocorrências para provar se realmente existe um insucesso da segurança em termos quantitativos (se a taxa de crimes em um período de doze meses aumentou ou diminuiu, por exemplo). De qualquer modo, foi aventado por Paulo que o jornal “Comunidade Ativa”, responsável pela difusão de assuntos de interesse local, precisou ser repassado à iniciativa privada por falta de verbas, assim como a “Rua do Lazer”, evento de integração da comunidade, que deixou de ser empreendido nos últimos dois anos por ausência de patrocínio, conjunturas que precisam ser examinadas mais a fundo, mas que também seriam outros demonstrativos da baixa representatividade da associação, como anotado alhures.

Noutro giro, situação de elevada proeminência diz respeito à interlocução entre a entidade e os representantes dos Poderes Legislativo e Executivo. Essa conexão tende a demonstrar, ao menos, a legitimidade da entidade, porquanto diversas ações são capazes de serem realizadas em resposta às demandas reiteradas daquela. Nessa linha, podem ser novamente trazidas a melhoria da iluminação pública e a revitalização de espaços públicos a ser fiscalizada pela Amoran, as quais têm condições, ao menos em tese, de incrementar a segurança local.

Nessa vertente, se a Amoran promove direta ou indiretamente ações para preservação do espaço público, monitoramento do ambiente pelos moradores e manutenção do posto policial, é possível que o seu agir gere impacto positivo na redução da criminalidade, mesmo que não seja possível sustentar essas afirmações inabalavelmente sem evidências quantitativas e sem uma pesquisa entre os moradores.

Traz-se à baila que, não obstante a necessidade de informações complementares, o arcabouço teórico delimitado no primeiro capítulo indica que parte dos atos da entidade tem o poder de criar ligações entre a associação e os moradores e entre estes próprios, especialmente quando há parceria com outras entidades. A igreja, exemplarmente, realiza eventos, com colaboração da Amoran, que criam ambientes em que a comunidade pode confraternizar (festa junina, aulas de alongamento, cursos diversos etc.) e cultivar, no ambiente real, laços relacionais que, mesmo frouxos, podem ser relevantes para a dispersão de informações e de valores caros à comunidade. O mesmo pode ser observado na rede de vizinhos protegidos nas plataformas sociais, que mesmo não tendo o foco de criar laços fortes (como aqueles entre amigos e familiares), é um meio em que os cidadãos podem se conhecer minimamente e compartilhar suas dificuldades e sucessos com relação aos assuntos comuns, notadamente aqueles voltados ao combate de delitos.

Em conclusão, ainda que se tenha como cabível que algumas ações da Amoran aumentem a coesão e o controle sociais, que impactariam diretamente em uma maior capacidade de se autorregular e de mobilizar a comunidade para a consecução de finalidades específicas (eficácia coletiva), notadamente a criação de um bairro mais seguro, mostra-se necessária uma série de dados adicionais e as respectivas confrontações para certificar as teses apontadas.

3.3 Limitações, méritos e propostas para futuras pesquisas

Certamente este estudo apresenta diversas limitações, tais como a consideração somente de um bairro e de uma associação, a não investigação dos possíveis estudos locais relacionados à criminalidade e à atuação da Amoran, a ausência de dados concretos sobre o número, os tipos e variação temporal e espacial de crimes mais comuns e o confronto do entrevistado com tal variação, bem como a não análise de laços políticos entre a associação e os diversos gestores públicos. Inobstante, a pesquisa fornece elementos preciosos para a compreensão da ideia de que o aumento da coesão social e suas consequências lógicas (aumento do controle social e assim por diante) possuem chances de serem ampliadas pelo trabalho contínuo da entidade. O resultado dessa ampliação, então, seria a criação de um ambiente menos propenso à criminalidade e, obviamente, mais protegido.

Igualmente, é interessante citar que a disponibilização desta análise pode fornecer aos dirigentes da associação uma visão sistêmica do papel desempenhado regionalmente pela entidade. E mais, pode subsidiar futuras ações que sejam realmente efetivas na modificação urbana, no reforço dos laços relacionais e na redução da criminalidade, com vistas à melhoria da qualidade de vida. Também é conveniente citar a chance de o trabalho incentivar um incremento da transparência da PM em divulgar dados oficiais de crimes e do planejamento das ações de prevenção e de repressão no bairro a serem apresentados nas reuniões periódicas da associação.

Por fim, abre caminho para novos trabalhos, como a possibilidade de distribuição de questionários simplificados, via associação ou não, no intuito de medir a sensação de segurança dos moradores e comerciantes ou mesmo a realização de outras entrevistas levando-se em conta o cálculo amostral relativo à população residente. Verifica-se, também, a oportunidade futura de confrontar a ideia de medo do crime, ou medo de vitimização, aos números concretos de infrações penais no tempo e no espaço e as reais revitimizações,

estabelecendo-se um parâmetro fiel entre tais dados e permitindo a atuação qualificada de entidades do nível paroquial e do poder público.

5. REFERÊNCIAS

BURSIK, Robert J.; GRASMICK, Harold. **Neighborhoods and crime: The dimensions of effective community control**. New York: Lexington, 1993.

DINIZ, Alexandre Magno Alves; NAHAS, Maria Inês Pedrosa. MOSCOVITCH, Samy Kopit. **Análise espacial da violência urbana em Belo Horizonte: uma proposição metodológica a partir de informações e indicadores georreferenciados**. Artigo apresentado no X Encontro Nacional da Anpur, Belo Horizonte, 2003. Disponível em <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2551/2493>. Acesso em 16/01/2016.

GRANOVETER, Mark S.; **The Strength of Weak Ties**. American Journal of Sociology 78(6): 1360-1380. Chicago: The University Of Chicago Press, 1973.

GRANOVETER, Mark S.; **The Strength of Weak Ties: A Network Theory Revisited**. Sociological Theory, Vol. 1: 201-233. Washington, DC: American Sociological Association, 1983.

HUNTER, Albert; **Private, parochial and public social orders: The problem of crime and incivility in urban communities**. In: Suttles, G. e Zald, M. (eds.). *The challenge of social control*. Norwood, NJ: Ablex Publishers, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>. Acesso em 11/10/2016.

PORTAL DA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Distribuição da população residente, com renda declarada, por faixa de renda domiciliar per capita em número de salários mínimos1 (em %) - 2010 - Fonte: IBGE - Censo Demográfico**. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=54009&chPic=54009&viewbusca=s>. Acesso em 16/01/2016.

SAMPSON, Robert J.; RAUDENBUSH, Stephen; EARLS, Felton. **Neighborhoods and violent crime: A multilevel study of collective efficacy**. Science 277:918–924, 1997.

SILVA, Braulio F. A. **Desorganização, Oportunidade e Crime: Uma Análise Ecológica dos Homicídios em Belo Horizonte**. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.